

LINGUAGENS DA VIOLÊNCIA: NECROPOLÍTICA, DISCURSOS DE ÓDIO E DISPUTA SIMBÓLICA

Languages of violence: necropolitics, hate speech, and symbolic struggle

Lenguajes de la violencia: necropolítica, discursos de odio y lucha simbólica

Diego Cotta¹

DOI: doi.org/10.31501/esf.v1i33.15632

Resumo: O artigo explicita parte das discussões de uma pesquisa de doutorado (Cotta, 2023), cujo um dos objetivos é debater os usos do *streaming* como ferramenta de vocalização de sujeitos subalternizados pela necropolítica (Mbembe, 2018) e LGBTfobia. A partir de revisão bibliográfica e análise de performatividades mediatizadas de políticos brasileiros, somadas à contradiscursos audiovisuais, o trabalho reflete sobre a violência fomentada por discursos de ódio (Butler, 2021) e seus processos de revolta.

Palavras-chave: Racismo. Necropolítica. Discurso de ódio. Mídia. Cotidiano.

Abstract: The article elucidates part of the discussions from a doctoral research (Cotta, 2023), one of which aims to debate the use of streaming as a tool for vocalizing subjects marginalized by necropolitics (Mbembe, 2018) and LGBTphobia. Based on a literature review and the analysis of mediatized performativities of Brazilian politicians, combined with audiovisual counter-discourses, this study reflects on the violence fueled by hate speech (Butler, 2021) and its processes of revolt.

Keywords: Racism. Necropolitics. Hate speech. Media. Everyday life.

Resumen: El artículo explicita parte de las discusiones de una investigación doctoral (Cotta, 2023)), cuyo objetivo es debatir el uso del *streaming* como una herramienta para la vocalización de sujetos subalternizados por la necropolítica (Mbembe, 2018) y la LGBTfobia. A partir de una revisión bibliográfica y del análisis de performatividades mediatizadas de políticos brasileños, sumadas a contra-discursos audiovisuales, este trabajo reflexiona sobre la violencia fomentada por los discursos de odio (Butler, 2021) y sus procesos de revuelta.

Palabras-clave: Racismo. Necropolítica. Discurso de odio. Medios. Vida cotidiana.

¹ Doutor, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro – RJ, Brasil. diegocotta@gmail.com | <https://orcid.org/0000-0002-5388-1652>.

Introdução

O cotidiano político brasileiro não deflagra mais metáforas ou alegorias, mas “atos de fala” que fomentam a violência concreta. O estímulo ao assujeitamento de maiorias minorizadas, ainda que no campo do simbólico e das linguagens, foram táticas estruturantes para a concretização das violências que assistimos ao longo do tempo, desde a colonização, passado pela ditadura militar e chegando às favelas do país. O cenário que se configura hoje, montado a partir da replicação incessante de discursos de ódio (Butler, 2021), não é apenas o da retórica beligerante, mas o de uma necropolítica (Mbembe, 2018) calcada em um programa que se vale das linguagens da violência associadas ao poder de morte, que vai do Estado à milícia, passando e chegando ao “cidadão de bem”. Essa estrutura violenta se manifesta em diferentes instâncias e atinge, de maneira sistemática, corpos racializados, pessoas LGBTI+ e outros grupos considerados indesejáveis e passíveis de aniquilamento.

A responsabilidade estatal pelo cotidiano mortífero que milhares de pessoas, especialmente pretas e pardas que habitam territórios favelizados, sofrem, diariamente, não se restringe ao campo da repressão direta. A realidade construída pelo Estado e seus agentes perpassa a disputa do imaginário coletivo através da ostentação do poder bélico e seus derivados dentro desses territórios. Com requintes de organizações mafiosas, como as milícias que funcionam em simbiose com o poder estatal fluminense, por exemplo, observamos a continuidade do genocídio da população preta e parda dos tempos coloniais brasileiros, sem nos esquecermos das inúmeras torturas e execuções perpetradas no período da ditadura militar no Brasil. Nos últimos anos, a violência sanguinária tem sido televisionada e midiaticizada, em um grande espetáculo mortífero. A matança sem precedentes no Jacarezinho (RJ), em 2021, como veremos adiante, resultou em 28 mortes e gerou uma série de imagens aterrorizantes e

Dossiê Cultura Visual e Violências

mediatizadas de violência, pondo em telas as operações policiais que impossibilitam cidadãos e cidadãs de experienciarem uma vida onde o imaginário da morte e sua iminência não sejam presenças constantes.

No entanto, Judith Butler (2021) sugere que a mesma performatividade, acarretada por discursos de ódio replicados, também pode ser instrumentalizada por movimentos que se opõem às opressões. A repetição da intolerância que se materializa no extermínio de corpos indesejados pode, paradoxalmente, ser uma fonte poderosa e reativa dos oprimidos. É como uma câmera de combate, utilizada para comover, proteger, viralizar e, sobretudo, politizar acontecimentos que estão em disputa narrativa, como a bicha preta *influencer* Spartakus Santiago fez durante uma abordagem policial em São Paulo; e os manifestantes das Jornadas de junho de 2013 que também o fizeram, como veremos adiante. Dessa forma, os regimes de visibilidade tornam-se centrais para compreender a complexidade das dinâmicas de poder em jogo.

A partir desse contexto e da noção de mediação da cultura e da sociedade (Hjarvard, 2014), em que tal processo não se limita à formação da opinião pública, mas atravessa quase todas as instituições sociais e culturais das relações, enxergamos a ambiência midiática como território fértil e relevante para a circulação de discursos insurretos e disputa por visibilidade. Debater seus usos como ferramenta de vocalização de sujeitos subalternizados é um dos objetivos deste artigo, que também explicita parte das discussões de uma pesquisa de doutorado, que investigou as táticas discursivas e as linguagens de sobrevivência de jovens gays negros afeminados no cotidiano mediatizado do século XXI (Cotta, 2023).

Dossiê Cultura Visual e Violências

Assim, as discussões aqui travadas neste estudo, a partir de revisão bibliográfica e análise das performatividades midiáticas de políticos brasileiros propõem uma reflexão sobre a ambivalência midiática, que tanto serve à reprodução de imagens e discursos violentos quanto se configura como território de resistência. São visualidades e enunciados que abarcam linguagens capazes de efervescer o debate sobre a brutalidade do racismo no Brasil e, por conseguinte, fissurar regimes de visibilidade excludentes que salvaguardam histórias e protagonismos brancos.

Ao longo do artigo, argumentamos que a análise dos usos do *streaming* deve considerar não apenas seus aspectos tecnológicos e mercadológicos, mas também suas implicações sociais, políticas e até protetivas. A centralidade do audiovisual na contemporaneidade exige um olhar crítico sobre os processos que regulam a visibilidade e os impactos dessas representações na vida de grupos subalternizados, que também não deixam de aproveitar recursos de seu tempo para (re)criarem repertórios sobre si, já que “tudo, no universo das formas audiovisuais, pode ser descrito em termos de fenômeno cultural, ou seja, como decorrência [...] das demandas imaginárias, subjetivas, ou, se preferirem, estéticas de uma época ou lugar” (Machado, 1993, p. 9).

Políticas de morte: racismo, assujeitamento e extermínio

Fabricar um discurso capaz de justificar a dominação, especialmente a partir da violência, tem sido estratégia *sine qua non* por parte das classes dominantes ao longo dos séculos. Foi assim durante o período escravocrata e na ditadura militar, em que a estratégia discursiva era persuadir sociedades de que práticas violentas eram necessárias para a evolução social e econômica das nações. No caso do

Dossiê Cultura Visual e Violências

Brasil contemporâneo, mais especificamente em relação à ascensão de uma extrema direita, com fortes características neofascistas, que desembocou na vitória de Jair Bolsonaro (PL) para a Presidência da República, em 2018, e reverberou uma grande onda de tomada de poder em diversas instâncias políticas, temos uma contaminação social pelos discursos de ódio àquelas e àqueles que já se encontravam às margens, como pessoas negras, LGBTI+, indígenas, quilombolas etc. Uma política que segue a semântica da morte como escreve Mbembe:

A violência até então mais ou menos velada das democracias voltam à tona, desenhando um círculo mortífero que envolve a imaginação e do qual é cada vez mais difícil escapar. A ordem política, em quase todos os lugares, reconstitui-se como forma de organização para morte. Pouco a pouco, um terror de essência molecular e pretensamente defensivo tenta se legitimar, turvando as relações entre a violência, o assassinato e a lei, entre a fé, o comando e obediência, entre a norma e a exceção, ou então entre a liberdade, a perseguição e a segurança (Mbembe, 2020, p. 19).

O apagamento e extermínio de sujeitos assujeitados têm nas linguagens de violência seus alicerces e combustíveis para verem concretizados seus intentos de manipulação da opinião pública e controle social. Comumente, isso dar-se-á pela repetição e performatividade de discursos e práticas que privilegiem a intolerância e suas formas de execução, de modo que o “Outro”, não condizente do que foi estabelecido como universal e humano, deva ser aniquilado e soterrado para que haja a manutenção da ideologia hegemônica.

Por ocasião do acirramento político do pleito de 2018 e suas consequências, o professor do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IP/UFRJ), Pedro Paulo Bicalho (2019) concedeu entrevista ao veículo de comunicação Sul21 sobre tais efeitos na saúde mental de brasileiras e brasileiros. Para ele, a ode à violência e o estímulo de assujeitamento de maiorias minorizadas, ainda

Dossiê Cultura Visual e Violências

que no campo do simbólico e das linguagens, foram táticas estruturantes para a concretização das violências que assistimos.

Os discursos de ódio devem ser combatidos em especial quando nós evidenciamos quais são os efeitos desses discursos, porque às vezes parece que o discurso não produz efeito. É aquela velha dicotomia que se produz entre teoria e prática, onde parece que quando nós falamos não produzimos efeitos no mundo. [...] Reconhecer que os discursos de ódio são produtores diretos de violência e não somente indutores de violência é o primeiro passo para a sociedade compreender o que que a gente tá produzindo quando a gente se legitima a proferir o ódio direcionado à essas pessoas (Bicalho, 2019, s.p.).

Mas o que acontece quando a extrema-direita se coloca como disposta a romper todos os pactos sociais em nome de um extremismo? Esta é uma indagação da também professora da UFRJ, Ivana Bentes (2022), que faz coro com Bicalho no que se refere à concretização dos discursos de ódio. Para a pesquisadora, que tem se dedicado às estéticas da violência e dos processos de revolta desde o Cinema Novo, “a questão é que os conservadores e a extrema-direita sequestraram e *hackearam* as linguagens e procedimentos de movimentos sociais, da cultura, da contracultura, a linguagem *pop*, a cultura digital, a memética para propor a guerra de todos contra todos” (s.p.). Ou seja, a brutalidade, o intolerável, o impensável, o ideário ultraconservador se tornou um horizonte político transgressivo e desejável.

Em entrevista ao Instituto Humanitas Unisinos, Bentes analisou a retórica estratégica do governo Bolsonaro e as formas como os discursos de ódio propalados pelo presidente, seus ministros e defensores operacionalizaram uma revolução estética e política a partir da partilha e exercício da violência. Para ela, mais do que linguagem, o bolsonarismo institui uma política da violência baseada em um projeto que lança mão de linguagens violentas associadas à necropolítica, que vai do Estado à

Dossiê Cultura Visual e Violências

milícia, passando e chegando ao “cidadão de bem”. Ou seja, este destino delineia uma espécie de “direita-comportamental” que se nutre da subalternização da alteridade e de seu aniquilamento.

Essa “direita comportamental” tem travado uma guerra incessante contra todos os avanços e direitos das minorias, direitos de gêneros, de grupos, sejam os direitos das mulheres, dos gays, dos negros, da população carcerária, dos jovens negros nas periferias. E isso contra a liberdade de expressão religiosa, induzindo a discursos de ódio, ataque e destruição de terreiros de candomblés ou destruição da iconografia católica. É uma direita que quer reformar o mundo violentando desejos, sexualidades, crenças e liberdades (Bentes, 2022, s.p.).

Nessa guerra instaurada entre “nós” e “eles”, percebemos que as democracias liberais, que às vezes escamoteiam intentos neofascistas, como no caso do bolsonarismo, necessitam gerar tamanha polarização² para que o vigor de sua existência seja assegurado. Ou seja, para sobreviverem na conjuntura das relações capitalistas de hoje, tais regimes de poder reproduzem a antiga relação de escravos e senhores, mas com especificidades modernas. “Novos” personagens emergem, mas a essência da exploração pela dominação ideológica e econômica permanece similar como outrora. Como nos lembra Achille Mbembe,

não há muito tempo ainda precisavam da divisão da humanidade em senhores e escravos, as democracias liberais dependem nos dias de hoje, para sua sobrevivência, da divisão entre o círculo dos semelhantes e dos dissemelhantes, ou então entre os amigos e “aliados” e os inimigos da civilização. Sem inimigos, é difícil para elas se manterem de pé por conta própria. Se tais inimigos realmente existem ou não é irrelevante. Basta criá-los, encontrá-los, desmascará-los e expô-los à luz do dia (Mbembe, 2020, p. 91).

Esse contexto violento, respaldado por discursos de ódio, já é evidente em muitas sociedades pelo mundo afora. No Brasil de hoje, especialmente no Rio de Janeiro, onde a polarização entre o

² Aqui nos referimos à polarização política brasileira, no sentido de “bolsonarismo x petismo”, “extrema direita x esquerda”.

Dossiê Cultura Visual e Violências

asfalto e a favela é uma realidade, constata-se avanços sanguinários nas políticas de segurança pública. Com requintes de organizações mafiosas, como as milícias que funcionam em simbiose com o poder estatal, o governo fluminense aplica com maestria a continuidade do genocídio da população preta e parda, já que “como não é mais possível negar, raça e pobreza são sinônimas no Brasil” (Carneiro, 2011, p. 60). Ou seja, um verdadeiro caos e quebra de coesão social, fundamentados na guerra declarada à população negra e pobre do estado fluminense.

Aqui, vale uma ressalva de que tais espaços, na verdade, são atualizações de territórios de dominação, onde a imposição da violência e a negação da cidadania são consequências da imputação da animalidade às pessoas pretas e pardas desde a época colonial. Das senzalas de ontem às favelas de hoje, a despeito de sua potencialidade cultural e resistência, a barbárie vivenciada pelos seus habitantes tem no Estado, especialmente através de seu braço armado, um capataz por excelência. Uma espécie de feitor anacrônico que entende tais territórios como espaços amontoados de população passível de controle, violência e extermínio. Como nos lembra Lélia Gonzalez:

No caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também se tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar e amedrontar. É por aí que se entende por que o outro lugar natural do negro sejam as prisões. A sistemática repressão policial, dado o seu caráter racista, tem por objetivo próximo a instauração da submissão psicológica através do medo. A longo prazo, o que se visa é o impedimento de qualquer forma de unidade do grupo dominado, mediante à utilização de todos os meios que perpetuem a sua divisão interna. Enquanto isso, o discurso dominante justifica a atuação desse aparelho repressivo, falando de ordem e segurança sociais (Gonzalez, 2020, p. 85).

Basta uma observação atenta do curso da história para constataremos a continuidade da repressão, controle e violência exacerbados pautados pelo racismo. As práticas genocidas

Dossiê Cultura Visual e Violências

endereçadas às populações marginalizadas, em diversas sociedades ao longo dos séculos, tiveram o racismo como agência primordial. Uma ideia fabricada de extermínio do “Outro” perigoso, passível de vigilância e aniquilamento em prol da segurança, civilidade e evolução social. Como se para que houvesse progresso nacional, a extinção de populações indesejadas teria que ser prática necessária dos detentores do poder hegemônico.

Em julho de 2022, por exemplo, uma operação conjunta do Batalhão de Operações Policiais Especiais da Polícia Militar (BOPE/PMERJ) e da Coordenadoria de Operações e Recursos Especiais da Polícia Civil (CORE/PCERJ) realizada em favelas do Complexo do Alemão resultou em 18 mortes, repercutindo no Brasil e no exterior³. A ação contou com 400 homens, 10 veículos blindados e quatro helicópteros, formando um ostensivo aparato policial em territórios favelizados, com alta densidade demográfica, onde a catástrofe sangüinária já era esperada pela população que convive com este cotidiano militarizado e espetacularizado.

Segundo dados do Grupo de Estudos de Novos Illegalismos (Geni), vinculado à Universidade Federal Fluminense (UFF)⁴, que reúne informações sobre operações policiais realizadas na Região Metropolitana do Rio de Janeiro desde 1989, com 18 mortos confirmados, a operação no Complexo do Alemão já é a quarta mais letal da história da cidade do Rio. Ela só fica atrás de outra incursão no mesmo conjunto de favelas, em 2007, com 19 óbitos, e de duas ações ocorridas no período de pouco mais de um ano: uma no vizinho Complexo da Penha, com 24 mortes, e a outra no Jacarezinho, em

³

Disponível

em:

<https://oglobo.globo.com/rio/noticia/2022/07/em-pouco-mais-de-um-ano-rio-registra-tres-das-quatro-operacoes-policiais-mais-letais-de-sua-historia.ghtml>

Acesso em: 25 fev. 2025.

⁴ Saiba mais em: <https://geni.uff.br/relatorios/> Acesso em: 24 fev. 2025.

Dossiê Cultura Visual e Violências

maio de 2021, com 28 óbitos. As duas últimas aconteceram já com o governador Cláudio Castro (PL) à frente da administração estadual.

Apoiador de Jair Bolsonaro, Castro, que venceu o pleito de 2022 para o cargo de governador do RJ ainda no primeiro turno, deflagra uma política de morte no estado, fazendo jus ao discurso de ódio propalado pelo ex-presidente e utilizando o braço armado estatal para robustecer a militarização do cotidiano fluminense, especialmente em territórios favelizados, povoados em sua maioria pela população preta e parda. No topo do *ranking* das chacinas mais letais do estado, segundo o Geni, a matança sem precedentes, que resultou em 28 mortes, gerou uma série de imagens aterrorizantes de violência (Figura 1 e 2). Relatos de moradores, nas redes sociais e em veículos de comunicação, ressaltavam a violência da operação e a indiferença aos direitos humanos, mesmo após a proibição outorgada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) de incursões policiais em favelas do RJ durante a pandemia, em flagrante desobediência ao maior órgão do Poder Judiciário do país⁵. Diante desses dados, não resta dúvida que

O Estado de segurança se alimenta de um estado de insegurança que ele próprio ajuda a fomentar e para o qual pretende ser a resposta. Se o estado de segurança é uma estrutura, o estado de insegurança é uma paixão, ou um afeto, uma condição, ou mesmo uma força de desejo. Em outras palavras, o estado de insegurança é o que faz funcionar o Estado de segurança, na medida em que este é, no fundo, uma estrutura responsável por investir, organizar e desviar as pulsões constitutivas da vida humana contemporânea (Mbembe, 2020, p. 93).

Para a deputada estadual Renata Souza (PSOL), que defendeu sua tese de doutorado em Comunicação e Cultura na UFRJ sobre a resistência da juventude frente à militarização da vida no

⁵ Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=448994&ori=1> Acesso em: 25 fev. 2025.

Dossiê Cultura Visual e Violências

Complexo da Maré, o forte aparato policial juntamente com o desrespeito às diretrizes das políticas de direitos humanos remonta um autoritarismo já vivenciado pelo país em tempos obscuros de sua história. A ditadura militar, em que milhares de pessoas foram torturadas, mortas e exiladas, ainda assombra becos e vielas favelizados do Rio de Janeiro, onde a vida e a morte são decididas por um poder calcado no racismo e nos discursos de ódio, mas que goza de certa seletividade de atuação. Para ela,

as táticas militares se impõem nesses territórios reconhecidos pelo Estado como inimigos da lei e da ordem. Estratégias como operações quase que diárias que se iniciam às 6 horas da manhã e duram o dia inteiro, aparato policial munido de armamento pesado, entre eles granadas, veículos blindados, com suporte aéreo de helicópteros, igualmente blindados, permissão prévia para a invasão de casas sem mandado de busca ou apreensão seriam inimagináveis em qualquer bairro da zona sul ou aqueles com altos Índices de Desenvolvimento Humanos (IDH), como a Barra da Tijuca. Isso quer dizer que a imposição do poder armado do Estado Brasileiro é seletiva, e as áreas prioritárias correspondem àquelas com baixo IDH (Souza, 2017, p. 118).

O desenvolvimento de sua tese também perpassa pelo lugar da experiência como possibilidade teórica. De modo a tornar mais concreta uma razão sensível do tema, a pesquisadora relata um cotidiano militarizado da favela Nova Holanda, do Complexo da Maré, onde vivia com família e amigos. Sua descrição revela o quão devastador a política de segurança fluminense é para os habitantes desses territórios, para além de estatísticas e dados que podem escamotear o terror vivenciado pela população preta e pobre mareense. As incursões policiais e sua evidente ode à truculência, dia após dia, têm impedido cidadãos e cidadãs de vivenciarem uma vida cujo imaginário de morte e sua probabilidade não sejam constantes. Ou seja, a realidade construída pelo Estado e seus agentes perpassa pela disputa do imaginário coletivo através da ostentação do poder bélico e seus derivados dentro desses territórios.

Dossiê Cultura Visual e Violências

Em dias de operação policial, que se inicia por volta das 6 da manhã, a primeira coisa que tenho vontade de fazer ao primeiro som de tiros e rasantes de helicópteros, já que geralmente **acordo num sobressalto** com o susto, é abrir a janela de casa. Verificar quem está na rua, se preciso abrir a porta para um vizinho em apuros, como já fiz diversas vezes. Mas a vivência já demonstrou o quanto essa atitude instintiva, espontânea e automática pode **resultar numa tragédia**. Por isso, respiro, **tento me acalmar e abro outra janela, a internet, e acesso a página Maré Vive** para saber exatamente quais favelas estão incluídas na invasão da polícia. A **minha preocupação** imediata é com o meu pai, que sai todos os dias para caminhar às 5 horas da manhã, por recomendações médicas, no campus do Fundão, da UFRJ, para depois retornar até a nossa casa, tomar o banho e ir ao trabalho. Às vezes ele fica **impedido de entrar na favela** porque a operação já teve início, ou por vezes, fica no fogo cruzado, no meio do tiroteio, e chega em casa se **desviando das balas** porque, geralmente, o seu retorno coincide com o horário de início das operações. É sempre muito desgastante, angustiante e a **sensação de impotência** toma conta do meu corpo. Meu pai já testemunhou situações de violações e já foi alvo delas. Com a intensificação do número de operações, meu pai pensa em desistir de caminhar. Uma decisão que a minha mãe já tomou. Ela caminhava todos os dias às 7 da manhã, também por recomendações médicas, próximo à Vila Olímpica da Maré, mas se viu obrigada a parar por conta das inúmeras situações de **risco de morte** (Souza, 2017, p. 147-148) [grifos nossos].



Dossiê Cultura Visual e Violências

Figura 1 – “Caveirão” na chacina do Jacarezinho, que resultou em 28 mortes. Fonte: Reginaldo Pimenta/Agência O Dia/Estadão Conteúdo. Figura 2 – Policiais civis durante a operação no Jacarezinho. (Ricardo Moraes/Reuters).

Como argumentamos, os discursos de ódio são responsáveis pela materialização da violência. Sua repetição e midiaticização vão dando liga a um cotidiano cada vez mais estruturado sob as vigas de atos sanguinários e do terror. Nas palavras de Souza (2017, p. 137), “o discurso hegemônico sobre a favela, angariado pelo discurso midiático, a delimita como um espaço dominado pelo tráfico de drogas, pela violência e falta de condições humanas de sobrevivência”.

O antecessor de Castro, o ex-governador Wilson Witzel (PSC), que sofreu processo de *impeachment* por crime de responsabilidade na gestão de contratos na área da Saúde durante a pandemia, concedeu uma entrevista ao jornal “O Estado de S.Paulo” em que autorizava as polícias sob sua gestão a “abater” quem portasse fuzis⁶. O também ex-juiz federal, neste mesmo veículo de comunicação, disse: “O correto é matar o bandido que está de fuzil. A polícia vai fazer o correto: vai mirar na cabecinha e... fogo! Para não ter erro”, em uma espantosa quebra de decoro que o alto cargo que ocupava exige.

A afirmação do ex-governador, que também é evangélico, nos faz crer que já não há mais limites neste cenário de guerra que se encontra a população fluminense, especialmente aquela que habita os espaços favelizados. Ainda que Witzel performe o evangelho, a contradição de seu discurso mortífero escancara o desprezo pela vida e reafirma sua autoridade sobre a morte. Em sua fala e linguagem

⁶ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/11/01/a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo-afirma-wilson-witzel.htm>
Acesso em: 25 fev. 2025.

Dossiê Cultura Visual e Violências

performáticas, percebemos a materialização do poder sanguíneo que decide quem vive e quem morre, já que

Buscas, apreensões, controles os mais diversos, prisões domiciliares, inclusão na legislação ordinária de disposições decorrentes do estado de emergência, proliferação de práticas derogatórias de direitos, ampliação dos poderes conferidos à polícia e aos serviços de inteligência e, se necessário, perda da nacionalidade – tudo é colocado em vigor para atingir, nos golpes cada vez mais duros que nos são desferidos, não necessariamente os perpetradores de nossos males, mas sim, casualmente, àqueles que a eles se assemelham (Mbembe, 2020, p. 92).

Visualidades insurretas: performatividades, resistências e contradiscursos

Judith Butler (2021), ao desenvolver reflexão sobre as políticas do performativo, analisa uma série de discursos de ódio direcionados às maiorias minorizadas, calcados em vieses racistas, sexistas e LGBTfóbicos. Para ela, há um perigo iminente quando o Estado se outorga a missão de delinear os limites do dizível e do indizível, o que nos confere pistas para compreender a responsabilidade estatal pelo cotidiano mortífero que milhares de pessoas, especialmente pretas e pardas que habitam territórios favelizados, sofrem no cotidiano.

A categoria do discurso de ódio não pode existir sem a ratificação do Estado e que o poder que tem a linguagem jurídica do Estado de estabelecer e manter o domínio do que será publicamente dizível sugere que o Estado desempenha muito mais do que uma função limitadora em tais decisões; de fato, o Estado produz ativamente o domínio do discurso publicamente aceitável demarcando o limite entre os domínios do dizível e do indizível e conservando o poder de estimular e manter essa linha de demarcação (Butler, 2021, p. 133).

Dossiê Cultura Visual e Violências

Ora, quando o principal representante do Estado agencia uma linguagem de guerra, a partir de um discurso de ódio, há uma delimitação do campo de possibilidades, que, no caso, extrapola limites razoáveis do poder sobre a vida daquele que se quer aniquilar. É o Estado, mais uma vez, escancarando uma biopolítica calcada em uma política de morte, em desalinho com as diretrizes dos direitos humanos – uma necropolítica, como bem desenvolveu Mbembe (2018). Contudo, Butler sugere que a mesma performatividade, agenciada pela linguagem do ódio, também pode ser usada por movimentos insurretos. A mesma repetição da intolerância que se materializa no extermínio de corpos indesejados pode ser uma fonte poderosa e reativa de oprimidos, pois

Se o discurso de ódio constitui o tipo de ato que procura silenciar a quem é endereçado, mas que pode renascer no vocabulário de quem foi silenciado na forma de uma réplica inesperada, então a resposta ao discurso de ódio é a “desoficialização” do performativo, a sua expropriação para funções não ordinárias. Na esfera política, a performatividade pode servir justamente dessas maneiras contra hegemônicas. O momento em que um ato de fala, sem autorização anterior, apropria-se da autorização no curso de sua performatização pode antecipar e instituir contextos diferentes para sua futura recepção (Butler, 2021, p. 262-263).

Tomemos como exemplo a reação de Spartakus Santiago, um dos interlocutores da tese defendida por este autor, à abordagem policial ocorrida em 4 de outubro de 2021 em São Paulo⁷. Segundo a bicha preta, dois policiais apontaram arma em sua direção, alegando “atitude suspeita” por ele manusear um celular durante dez minutos no bairro de Santana (SP), onde corriqueiramente faz caminhadas. Imediatamente, o *youtuber* ativou suas redes sociais digitais e fez uma *LIVE* pelo *Instagram* acusando os policiais de racismo (Figura 3). Nitidamente nervoso com a situação, repetindo

⁷

Disponível

em:

<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/10/04/youtuber-e-apresentador-da-mtv-acusa-pms-de-racismo-em-abordagem-em-sp.ghtml> Acesso em:

25 fev. 2025.

Dossiê Cultura Visual e Violências

por várias vezes suas atuações profissionais, inclusive lembrando os agentes de que era apresentador da MTV, Spartakus não desligou o celular e disse ao vivo para seus seguidores: “vocês estão aqui para poder garantir minha segurança!”.

O vídeo com cerca de treze minutos que retratou toda a cena foi publicado no *feed* de seu perfil do *Instagram* e conta com mais de 850 mil visualizações⁸. Com espectadores em tempo real, inclusive com a participação deste autor, e interações simultâneas de apoio, Spartakus agenciou sua própria visibilidade via dispositivo móvel e *streaming* para denunciar uma abordagem truculenta da PM de SP. Com tal atitude, o *influencer* proporcionou uma experiência catártica, amplificou a prática opressiva policial, salvaguardou a integridade de seu corpo e protegeu a sua vida, haja vista, pelos inúmeros exemplos que temos no cotidiano brasileiro, que parte da população negra não tem a mesma sorte e/ou oportunidade.

Para este trabalho, é importante destacarmos este caso, não apenas por ter sido protagonizado por uma bicha preta *influencer* interlocutora da tese, mas por evidenciar que as redes sociais digitais, seus usos e performatividades de seus enunciadores podem apresentar outras funcionalidades que vão além da famigerada e frívola exposição da intimidade. No dia seguinte ao ocorrido, Spartakus escreveu em suas redes:

Eu realmente não queria ter passado por nada disso e fiz a *live* apenas pra garantir minha segurança. Que fique o exemplo: se eles olharem pra nós achando que nosso celular é uma arma, vamos provar que eles estão certos. Vamos usar a tecnologia como armamento pra expor pro mundo como somos

⁸ Assistir em: https://www.instagram.com/tv/CUm4YmPgY_7/?igshid=MDJmNzVzMjY%3D Acesso em: 25 fev. 2025.

Dossiê Cultura Visual e Violências

desrespeitados até que eles aprendam a nos tratar feito gente e nos deixem em paz!⁹ (Spartakus, 2021, s. p.).

Ivana Bentes (2015), quando debateu sobre estéticas da comunicação e biopolíticas, desenvolveu o conceito de “mídia-multidão” para designar as práticas e usos das redes sociais digitais no âmbito das Jornadas de junho de 2013¹⁰. As imagens difundidas em tempo real pelos manifestantes ganhavam o mundo, propiciando um fluxo imagético insurreto, onde a conexão “rede-rua” gerava maior número de possibilidades interpretativas sobre o fenômeno, afetando corações e mentes de novos adeptos às pautas reivindicadas. Um verdadeiro cinema-mundo que se diferenciava disruptivamente de uma cobertura pela mídia tradicional, geralmente encastelada por uma falsa objetividade e submetida aos interesses do capital.

O midialivrismo e o midiativismo das Jornadas de junho de 2013, defendeu a professora, “se encontram numa linguagem de experimentação que cria outra partilha do sensível, experiência no fluxo e em fluxo, que inventa tempo e espaço, poética do descontrole e do acontecimento” (Bentes, 2015, p. 21). É um caminho encontrado por sujeitos de comunicação que não conseguem espaço na mídia tradicional – ligada a interesses de quem a patrocina e cambiante na parcialidade dos fatos. A câmera do celular, a rede de Internet e sua capacidade de amplificação acabaram por se tornar instrumentos combativos e, em alguns casos, protetivos diante da truculência policial, como vimos neste caso de Spartakus.

⁹ Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CUpzBI-AXZP/> Acesso em: 25 fev. 2025.

¹⁰ Foram uma sequência de mobilizações de massa realizadas concomitantemente em mais de 500 cidades do Brasil. Seus manifestantes reivindicaram, dentre outras bandeiras, a diminuição da tarifa nos transportes públicos, o fim da violência policial, o maior investimento em serviços públicos, bem como a melhoria de leis trabalhistas em prol da classe trabalhadora.

Dossiê Cultura Visual e Violências

Em outro episódio denunciante e ainda no espectro das Jornadas de junho de 2013, o *youtuber* Spartakus Santiago se juntou ao *influencer* AD Júnior e ao jornalista Edu Carvalho para dar dicas à população negra das comunidades do Rio de Janeiro de como sobreviver a possíveis abordagens policiais indevidas¹¹ (Figura 4). Motivados pela prisão do catador de material reciclável Rafael Braga¹², que portava uma garrafa de água sanitária e outra de desinfetante próximo às manifestações¹³, o trio negro performaram, em vídeo, uma série de orientações aos espectadores, especialmente pretos e pardos, de como agirem caso fossem abordados indevidamente pela polícia. Dentre as práticas sugeridas, podemos perceber algumas que são impensáveis para a população branca, que goza do privilégio de não ser alvo do processo genocida em curso pelo braço armado estatal. Dicas como “não sair altas horas da noite para não ser confundido com bandido”, “ao carregar instrumento caro, não esquecer de levar cupom fiscal”, “evitar o uso de furadeiras e guarda-chuva longo em lugares públicos” e “nunca leve ‘Pinho Sol’ ou água sanitária na bolsa” foram algumas das falas dos comunicadores. A propagação do vídeo e sua motivação, nos faz lembrar Achille Mbembe (2020) quando escreve que:

Certezas e convicções são tidas por verdades. Nada exige raciocínio. Basta acreditar e se render. Em decorrência disso, a deliberação pública (um dos elementos essenciais da democracia) não consiste mais em discutir e buscar juntos e diante dos olhos de todos os cidadãos a verdade e, em última instância, a justiça. Como a grande oposição não é mais a que separa o verdadeiro do falso, o pior passa a ser agora a dúvida. Pois na luta concreta que nos opõe aos nossos inimigos, a dúvida bloqueia a liberação total das

¹¹ Assistir em: <https://www.youtube.com/watch?v=eBdSBmTFR5g> Acesso em: 25 fev. 2025.

¹² Único preso remanescente dos protestos de junho de 2013 na capital fluminense, quando foi detido, denunciado e condenado por violação ao Estatuto do Desarmamento. Autoridades entenderam que os produtos de limpeza que carregava seriam para o preparo de coquetéis molotov usados nas manifestações.

¹³ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/06/07/preso-com-pinho-sol-em-protesto-de-2013-vira-simbolo-e-inspira-mobilizacao-em-sp-e-ri-o.htm> Acesso em: 25 fev. 2025.

Dossiê Cultura Visual e Violências

energias voluntaristas, emocionais e vitais necessárias ao emprego da violência e, se preciso for, ao derramamento de sangue (Mbembe, 2020, p. 94-95).



Figura 3 – LIVE publicada no *feed* do perfil de Spartakus Santiago no momento de uma abordagem policial em SP. (Instagram/spartakus). Figura 4 – Vídeo “Como sobreviver a uma abordagem indevida? | Spartakus feat. AD Junior e Edu Carvalho”. (Youtube/spartakus).

Considerações finais

Com breves exemplos de processos de revolta e de disputa simbólica no contexto do racismo cotidiano brasileiro, propomos a reflexão sobre a importância dos usos de imagens e narrativas imbuídas de finalidade. Como vimos, sustentaram não somente a justificativa de dominação da população negra africana e em diáspora, como também a manutenção da violência dirigida a ela até hoje por meio de discursos de ódio.

De certa maneira, também observamos contradiscursos em disputa, que funcionam como poderosas ferramentas de vocalização para mudança do *status quo*. Narrativas denunciante

Dossiê Cultura Visual e Violências

amplificadas pelas mais diferentes janelas midiáticas, gerando uma circulação informacional célere e que por vezes escapa ao controle do discurso hegemônico.

É indubitável que esta disputa pelo simbólico se faz necessária para o desmantelamento de um racismo estrutural erigido em massas concretas de opressão sanguinária por séculos a fio. Além do genocídio de pretos e pardos, perpetrado pelo Estado e respaldado pela opinião pública em nome de uma civilidade, urge se combater esta era do nanoracismo que “é de fato a era do racismo imundo, do racismo da navalha encardida, do espetáculo dos porcos chafurdando na lama” (Mbembe, 2020, p. 99).

A luta organizada e a ocupação de espaços públicos e de poder são frentes importantes deste processo, mas precisamos considerar a conquista do simbólico nesse sentido; e a mídia, com toda a cultura visual que privilegia, tem se mostrado um terreno fértil para isso.

Referências

- Bentes, I. (2015). *Mídia-multidão: estéticas da comunicação e biopolíticas*. Mauad X.
- Bentes, I. (2022, julho). A linguagem da violência que contaminou a sociedade destrói a democracia [Entrevista concedida a João Vitor Santos]. Instituto Humanitas Unisinos.
<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/159-entrevistas/620430-a-linguagem-da-violencia-que-contaminou-a-sociedade-destrui-a-democracia-entrevista-especial-com-ivana-bentes>
- Bicalho, P. P. (2019, junho). Pedro Paulo Bicalho: “Os discursos de ódio são produtores diretos de violência” [Entrevista concedida a Ana Ávila]. *Sul21*.
<https://sul21.com.br/ultimas-noticias-geral-areazero-2/2019/06/pedro-paulo-bicalho-os-discursos-de-odio-sao-produtores-diretos-de-violencia/>
- Butler, J. (2021). *Discurso de ódio: uma política do performativo*. Editora Unesp.
- Carneiro, S. (2011). *Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil*. Selo Negro.
- Cotta, D. (2023). “*Além de preto, viado*”: *Linguagens e produções de sentidos protagonizadas por bichas pretas no cotidiano midiático* (Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense). Repositório Institucional da UFF.
<https://app.uff.br/riuff/handle/1/32993>
- Gonzalez, L. (2020). Racismo e sexismo na cultura brasileira. In F. Rios & M. Lima (Orgs.), *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos* (pp. 75–93). Zahar.
- Hjarvard, S. (2014). *A mediação da cultura e da sociedade*. Ed. Unisinos.
- Machado, A. (1993). O vídeo e sua linguagem. *Revista USP*, 16, 6–17.
- Mbembe, A. (2020). *Políticas da inimizade*. n-1 edições.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica*. n-1 edições.
- Souza, R. (2017). *O comum e a rua: resistência da juventude frente à militarização da vida na Maré* (Tese de doutorado, Universidade Federal do Rio de Janeiro). Minerva UFRJ. <http://objdig.ufrj.br/30/teses/878753.pdf>